

MARCIO LAURIA MONTEIRO (Org.)

TROTSKI

em PERMA

NÊNCIA



Leon Trotsky

Práxis.
Editorial

MARCIO LAURIA MONTEIRO (ORG.)

TRÓTSKI EM PERMANÊNCIA

ANAIS DO EVENTO ONLINE DE 2021

1ª edição

PRÁXIS EDITORIAL

São José do Rio Preto - 2023



Creative Commons: Atribuição + NãoComercial + Compartilha Igual 4.0
Internacional (CC BY-NC-SA 4.0) by Marcio Lauria Monteiro

1ª edição

Revisão: Marcio Lauria Monteiro

Arte da capa: Morgana Romão

Desenho na capa: Morgana Romão

International Standard Book Number: Câmara Brasileira do Livro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Trótski em permanência [livro eletrônico] :
anais do evento online de 2021 / organização
Marcio Lauria Monteiro. -- 1. ed. --
São José do Rio Preto, SP : Práxis Editorial,
2023.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-00-62417-5

1. Trotski, Leão, 1879-1940 2. Trotski, Leão,
1879-1940 - Crítica e interpretação I. Monteiro,
Marcio Lauria.

23-145257

CDD-320.5323

Índices para catálogo sistemático:

1. Trotskismo : Ciência política 320.5323

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

“Encarar a realidade de frente; não buscar a linha de menor resistência; chamar as coisas pelo seu nome; dizer a verdade às massas, por mais amarga que seja; não temer obstáculos; ser verdadeiro nas pequenas como nas grandes coisas; basear o programa na lógica da luta de classes; ousar quando chegar a hora da ação – tais são as regras da Quarta Internacional.”

— Leon Trótski,
O Programa de Transição, 1938.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	12
<i>Marcio Lauria Monteiro</i>	
COMITÊ ORGANIZADOR DO EVENTO	19
LINKS DE INTERESSE	20

PARTE I – DEBATES SOBRE ARTES

Leon Trotsky e Andre Breton à sombra do Popocatepetl (México, 1938).....	22
<i>Micahel Löwy</i>	
“The Iron Heel” de Jack London: profecia do fascismo para Leon Trotsky	29
<i>Mariana Luppi Foster</i>	
<i>Lunes de Revolución</i> e a publicação do manifesto “Por uma arte revolucionária independente” em Cuba.....	51
<i>Sílvia Cezar Miskulin</i>	
A fidelidade inabalável do artista ao seu eu interior e a luta contra a burocratização	81
<i>Felipe Araujo Fernandes</i>	

PARTE II – A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO

Desenvolvimento desigual e combinado na Argentina: Milcíades Peña e a pseudoindustrialização nacional..... 110

Renato Fernandes

A influência de Leon Trótski sobre o dependentismo 143

Seiji Seron Miyakawa

PARTE III – QUESTÕES DE ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA E A REVOLUÇÃO PERMANENTE

“O conselho de deputados trabalhadores (operários) e a revolução”, por Leon Trotsky 171

Jean Paulo Pereira de Menezes

A estratégia soviética e as palavras de ordem democráticas na segunda revolução chinesa..... 195

André Bof

A Revolução Permanente na América Latina 212

João Aragão Neto

A Revolução Permanente de Trotsky no século XXI 220

Savvas Matsas

PARTE IV – A QUESTÃO SOVIÉTICA E A TEORIA DO ESTADO OPERÁRIO BUROCRATIZADO

Stalinismo, revolução política e contrarrevolução: o movimento trotskista internacional e a teoria do Estado operário burocratizado aplicada ao bloco soviético (1953-1991) 234
Marcio Lauria Monteiro

PARTE V – A QUESTÃO NACIONAL

Trotsky e a questão nacional: nas revoluções russas de 1917 e no caso georgiano 284
Wanderson Fabio de Melo

Os escritos de Trotsky sobre o México e sua importância hoje..... 315
Carlos Eduardo Rebello de Mendonça

PARTE VI – FASCISMO, EDUCAÇÃO, SINDICALISMO

Leon Trotsky e a ascensão do nazifascismo 333
Matheus de Carvalho Barros

Trotsky e as tarefas da educação comunista..... 350
Vinicius Azevedo

Algumas notas sobre as contribuições do pensamento de Leon Trotsky para a organização do movimento sindical no Brasil hoje 374
Fernando Henrique Sousa Araújo,
Mário Costa de Paiva Guimarães Júnior

PARTE VII – HISTÓRIA DO TROTSKISMO NO BRASIL

Antecedentes e atuação da Oposição de Esquerda no Brasil (1930-1933)..... 401
Giovani Bertolazi Brazil

Os trotskistas brasileiros e os debates sobre a IV Internacional em 1933..... 432
Carlos Prado

O Partido Socialista Revolucionário e a alternativa trotskista ao PCB e à “União Nacional” (1945-1947) 454
Henrique de Bem Lignani

A “Questão Russa” no jornal Orientação Socialista (1946-48) 478
Ícaro Rossignoli

Trotskistas contra a Ditadura Militar: a história da Organização Comunista 1º de Maio (1970-1976)..... 505
Tiago de Oliveira

A crise na Democracia Socialista e o Secretariado Unificado da
IV Internacional (2003-2006) 515
Mauro Vinicius de Souza Floriano

PARTE VIII – HISTÓRIA DO TROTSKISMO EM OUTROS PAÍSES

Trotsky, Krupskaya e a tradição bolchevique 539
Paul LeBlanc

El trotskismo en la Revolución Portuguesa 1974-75 547
Marcelo Novello

El trotskismo en la Argentina: análisis de una sub-cultura política dentro del campo de las izquierdas 591
Martín Mangiantini

ENCERRAMENTO

¿Para qué leer hoy a Trotski en Cuba? 621
Frank García Hernández

PREFÁCIO

Marcio Lauria Monteiro¹

Uma **Mesa de Abertura** e outra de **Encerramento**; quatro **Mesas Redondas**, totalizando dez convidados de sete organizações políticas diferentes e três independentes; dez **Seminários Temáticos**, totalizando quarenta e uma comunicações apresentadas; pessoas de sete países diferentes (Brasil, Argentina, EUA, Cuba, França, Grécia e Colômbia); cerca de trinta horas de transmissões ao vivo, que, no momento da escrita deste texto (junho de 2022) totalizam cerca de oito mil e quinhentas visualizações no YouTube. Esses são os números do **Evento Online Trótski em Permanência 2021**, realizado entre os dias 2 e 6 de agosto, em um momento em que ainda vivíamos as agruras da pandemia de COVID-19, donde seu formato *online*.

Muito provavelmente, tratou-se do maior evento dedicado a Leon Trótski e ao trotskismo já realizado – ao menos nesse formato, de mesas redondas e apresentação de comunicações baseadas em trabalhos de pesquisa. Certamente, o formato *online* contribuiu para o tamanho do evento, porém, isso não lhe retira mérito, especialmente se considerarmos que foi realizado sem nenhum tipo de apoio financeiro para além de contribuições voluntárias de alguns dos participantes (aos quais agradecemos imensamente) e que a divulgação foi feita no “boca a boca”, ainda que algumas poucas organizações políticas

¹ Doutor em História Social pelo PPGH UFF e professor de História na Rede Municipal de Niterói (RJ). Pesquisador da história do movimento trotskista internacional e da história das revoluções sociais do século XX, em particular da Revolução Soviética e da história da URSS. É um dos membros do Comitê Organizador Mário Pedrosa, responsável pelo evento. Contato: marciolmonteiro@gmail.com

tenham dado uma contribuição, repercutindo o evento em seus sites e redes sociais.

Independentemente desses números, contudo, o que mais importa foi a enorme qualidade dos debates ali travados, seja nas Mesas ou nos Simpósios Temáticos – tanto entre os apresentadores, quanto também da parte do público, que participou ativamente através de questões e comentários por escrito. Encerrado o evento, nós organizadores nos sentimos extremamente satisfeitos com o que havíamos alcançado: a construção de um espaço de ricas reflexões sobre o legado de Trótski e do trotskismo.

As **Mesas** foram montadas com temas que traziam a reflexão sobre a atualidade do legado de Trótski e do trotskismo e priorizaram entre os convidados militantes com reflexões sobre tais temas, independentemente de vinculação a universidades ou institutos de pesquisas:

- **Mesa de Abertura**, com Antônio Rago Filho (PUC-SP, ativista independente), que apresentou a palestra “**Da Comuna de Paris à Trótski**”;
- **O trotskismo hoje**, com Diana Assunção (MRT), João Machado (Comuna/Psol) e Vera Lúcia (PSTU);
- **Stalinismo e neostalinismo**, com Felipe Demier (Resistência/Psol), Robério Paulino (independente no Psol) e Sean Purdy (então independente no Psol);
- **História do Trotskismo**, com José Castilho de Marques Neto (historiador e ativista independente), Mercedes Petit (UIT-CI) e Serge Goulart (Esquerda Marxista/Psol);
- **Mesa de Encerramento**, com Frank Hernandez García (blog/ revista Comunistas, Cuba), que falou sobre “**A situação de**

Cuba hoje”.

Por sua vez, os **Simpósios Temáticos** seguiram o mesmo princípio, de priorizar temas que trouxessem para a atualidade as reflexões sobre o trotskismo, para que se evitassem reflexões desvinculadas de uma preocupação com a *praxis* revolucionária, e sem necessidade de vinculação dos comunicadores a instituições universitárias ou de pesquisa, bastando, para serem selecionados, terem apresentado uma proposta bem embasada. As quarenta e uma comunicações apresentadas versaram sobre os mais diversos temas, vinculados a Trótski e ao trotskismo: artes; educação; ciência e tecnologia; questão nacional; questão sindical; fascismo e como combatê-lo; opressões específicas e luta contra o machismo e o racismo; questões de estratégia revolucionária; conceito de bonapartismo; teoria do desenvolvimento desigual e combinado e teoria da revolução permanente; questão dos Estados operários e do stalinismo; atuação de trotskistas em processos revolucionários (Bolívia, Vietnã, Cuba, Portugal); história do movimento trotskista no Brasil, na Argentina e a nível internacional.

Cabe ressaltar que se tratou de um evento bastante plural do ponto de vista político dentro do campo do trotskismo, tanto na composição das Mesas de convidados quanto na dos Simpósios Temáticos de comunicações. Ter essa pluralidade foi desde o início uma intenção dos organizadores. Não poderia ser diferente, dado que a proposta era promover debates e reflexões sobre o legado de Trótski e do trotskismo que contribuíssem para o necessário balanço do que houve com tal legado, que hoje é formalmente reivindicado por uma miríade de pequenas (muitas vezes, microscópicas) organizações nacionais e internacionais muito diferentes entre si.

Como surgiu a iniciativa do evento? O **Evento Online Trótski em Permanência** teve sua primeira edição realizada em agosto de 2020. Tratou-se, inicialmente, de uma forma de compensarmos, muito parcialmente, a impossibilidade de realizarmos o **II Encontro Internacional Leon Trotsky**, que estava previsto para ocorrer em julho daquele ano, em São Paulo, porém foi suspenso devido à pandemia de COVID-19. Essa edição de 2020 foi consideravelmente menor, consistindo de três Mesas Redondas com alguns dos convidados que já haviam confirmado presença para o II Encontro Internacional. Com o sucesso desse evento e a continuidade da pandemia, optamos por fazer uma segunda e mais ousada edição em 2021.

Por sua vez, o evento que estava originalmente planejado para 2020 seria uma continuidade do **I Encontro Internacional Leon Trotsky**, ocorrido em Havana, Cuba, em maio de 2019. Impulsionado por **Frank García Hernandez**, militante comunista cubano e pesquisador da história do trotskismo em Cuba, esse evento reuniu pessoas de diversos países para debaterem o legado de Trótski e do trotskismo, bem como sua importância para a compreensão da realidade cubana. Uma compilação de quase todas as comunicações lá apresentadas pode ser encontrada no livro ***Trotskismos em Cuba, Retrato de um Encontro***, organizada por Flo Menezes e publicada em 2021, na forma de *e-book*, e disponibilizada em formato físico em 2022, ambas pela Nojosa Edições (ver *link* adiante).

Durante o evento em Cuba, houve uma rica troca de experiências e saberes entre os que lá estavam, perpassada pelas inevitáveis, saudáveis e necessárias polêmicas em torno do legado de Trótski e do trotskismo e dos sentidos da sua atualidade como guia para a interpretação da realidade e para ação revolucionária socialista.

A partir das trocas lá ocorridas, um grupo de brasileiros deixou a ilha com a tarefa de organizar uma segunda e ainda maior edição, em São Paulo, no ano seguinte.

Quando a pandemia teve início, o II Encontro já estava sendo organizado, com convidados confirmados para as Mesas Redondas e com quase cinquenta propostas de comunicações, vindas de seis países diferentes, para serem avaliadas para comporem os Simpósios Temáticos do evento. Foi o desejo de manter viva a chama do I Encontro e não deixar totalmente de lado a proposta de realizar um II que levou à organização dos eventos *online* de 2020 e 2021. A tarefa foi levada à cabo pelo **Comitê Organizador Mário Pedrosa**, originalmente composto pelos brasileiros que se encontraram em Cuba e que foi sendo expandido ao longo do tempo.

Com a presente publicação, esperamos preservar e divulgar a memória do Evento Online de 2021 e as muitas e ricas contribuições que circularam pelos seus dez Simpósios Temáticos. Com esse livro, pretendemos, tal qual na empreitada de organizar o evento, contribuir humildemente para a hercúlia, porém incontornável, tarefa de reorganização das forças socialistas revolucionárias. Pois, conforme a pandemia mais uma vez o demonstrou, só há dois caminhos possíveis: a revolução socialista ou a barbarização imposta pelo capitalismo.

Não há revolução vitoriosa sem partido e sem programa revolucionário. Diante da necessidade de construção destes, avaliar o legado da Revolução Soviética, da Oposição de Esquerda e da Quarta Internacional é um passo fundamental para que não recomeçemos do zero. Há muito o que aprendermos com as análises, posições e batalhas travadas pelos revolucionários que vieram antes de nós – o que não significa, de forma alguma, uma transposição mecânica de seu legado

para o presente, reduzindo-o a fórmulas de pronta aplicação (nada poderia ser menos dialético do que isso, ainda que seja esse o caminho seguido por muitos que se reivindicam trotskistas).

Há muito não existe mais a Quarta Internacional, e os que reivindicam seu legado possuem posições muito diversas e, frequentemente, avessas aos fundamentos dela, quais sejam: uma linha inegociável de independência de classe; um método programático que não caia nem no maximalismo abstrato nem no economicismo reformista (o método do Programa de Transição); o internacionalismo proletário como princípio político, método analítico e forma organizativa; a noção básica de que a burguesia há muito se encontra impedida de cumprir qualquer papel revolucionário, mesmo na periferia capitalista, cabendo ao proletariado a realização das tarefas “nacional democráticas” pendentes, em combinação com as propriamente socialistas (a estratégia da Revolução Permanente); a defesa incondicional frente à contrarrevolução capitalista externa ou interna daquelas formações sociais que se originaram de revoluções do pós-Segunda Guerra (os Estados operários burocratizados); e a defesa da revolução política contra as ditaduras burocráticas que se instalaram nessas formações sociais.

Esperamos, com o Evento Online Trótski em Permanência, termos contribuído, em alguma medida, com o resgate, balanço crítico e instrumentalização para o presente dessas e outras contribuições fundamentais de Trótski e do trotskismo.

Viva Leon Trótski!

Viva o socialismo revolucionário!

N.B.: Ao longo deste livro o nome de Trótski aparece grafado de

diferentes formas (Trótski, Trotsky, Trotski etc.). Optamos por preservar a grafia escolhida por cada autor, ao invés de impor uma padronização, pois as múltiplas formas de grafia não atrapalham a compreensão e não há, de fato, um padrão reconhecido e bem estabelecido, por mais que haja normas de transliteração (as quais, diga-se de passagem, se forem seguidas, levam a uma grafia bastante incomum para o leitor brasileiro).

COMITÊ ORGANIZADOR DO EVENTO “COMITÊ MÁRIO PEDROSA”

ANTÔNIO RAGO FILHO

CARLOS PRADO

DANIEL CARDOSO PERSEGUIM DE OLIVEIRA

EDSON LUIS DE OLIVEIRA

FLO MENEZES

FRANK GARCÍA HERNÁNDEZ (CUBA)

HENRIQUE DE BEM LIGNANI

JOÃO BATISTA ARAGÃO NETO

MARCIO LAURIA MONTEIRO

MORGANA ROMÃO

PAULA VAZ DE ALMEIDA

PAULO PEDRINI

SEIJI SERON

VINICIUS SOUZA

COMITÊ CIENTÍFICO DO EVENTO

ANTÔNIO RAGO FILHO

CARLOS PRADO

FLO MENEZES

JOÃO BATISTA ARAGÃO NETO

HENRIQUE DE BEM LIGNANI

MARCIO LAURIA MONTEIRO

MORGANA ROMÃO

PAULA VAZ DE ALMEIDA

SEIJI SERON

VINICIUS SOUZA

LINKS DE INTERESSE

Site do “Encontro Internacional Leon Trotsky” e dos eventos online “Trótski em Permanência”

<https://encontrotrotsky.noblogs.org/>

Livro do I Encontro Internacional Leon Trotsky (Cuba, 2019)

<https://encontrotrotsky.noblogs.org/post/2021/08/05/livro-do-i-encuentro-internacional-leon-trotsky-2019/>

Canal dos eventos no YouTube (“Encontro Trotsky”)

<https://www.youtube.com/c/EncontroTrotsky>

Playlist com os vídeos do Evento Online 2021

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLeSj43ndMtRRAfxNpF6R7vOTtdcHcbzWC>

Caderno de Resumos do Evento Online 2021

<https://ia601401.us.archive.org/16/items/cadernost/Caderno%20de%20resumos.pdf>

Playlist com os vídeos do Evento Online 2020

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLeSj43ndMtRSM-WuY41e8e-m-uasizwBz>

El trotskismo en la Argentina: análisis de una sub-cultura política dentro del campo de las izquierdas

Martín Mangiantini¹

Introducción

El presente trabajo aborda la trayectoria de una corriente política que formó parte del amplio abanico de las izquierdas en la Argentina, específicamente dentro del campo ideológico del trotskismo, entre los años 1965 y 1976. A lo largo de este período de convulsión social, radicalización ideológica e incipiente crisis orgánica, esta expresión partidaria se manifestó a través de tres organizaciones consecutivas: el Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT) desde su fundación en 1965 hasta su ruptura, el Partido Revolucionario de los Trabajadores – La Verdad (PRT – LV) entre 1968 y 1972 y, finalmente, el Partido Socialista de los Trabajadores (PST) desde su conformación hasta los inicios de la dictadura cívico-militar acaecida en 1976.²

Una característica de este período recae en la existencia de una

1 Doctor, magister y profesor en Historia por la Universidad de Buenos Aires. Investigador asistente del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) con sede en el Instituto de Historia Argentina y Americana “Emilio Ravignani”. Autor de los libros “Itinerarios Militantes. Del Partido Revolucionario de los Trabajadores al Partido Socialista de los Trabajadores (1965-1976)” (2018); “El trotskismo y el debate en torno a la lucha armada. Moreno, Santucho y la ruptura del PRT” (2014) y “El movimiento obrero y las izquierdas en América Latina. Experiencias de lucha, inserción y organización” (en coautoría con Hernán Camarero) (2018) y de decenas de artículos sobre la militancia revolucionaria en la Argentina de los años sesenta y setenta. Forma parte del Comité Editor de la Revista Archivos de historia del movimiento obrero y la izquierda. Contacto: martinmangiantini@gmail.com

2 Representada por la figura de Nahuel Moreno, esta trayectoria política se

proliferación de organizaciones autodefinidas como revolucionarias. Se trató de una etapa marcada por la aparición de un conjunto de agrupaciones de izquierda, a la vez críticas de los tradicionales Partido Socialista y Comunista. Expresiones trotskistas y maoístas son ejemplo de ello, a lo que se sumó una proliferación de estructuras simultáneamente políticas y militares además del amplio arco de la izquierda peronista. Resulta de interés preguntarse sobre la existencia de aquellas características específicas de esta corriente trotskista en perspectiva comparativa con las restantes propuestas presentes.

La identidad que construyeron los militantes de los partidos estudiados supuso la adopción de determinados valores, ideas y conductas dentro de un proceso dinámico de producción, transformación y actualización de símbolos (BOURDIEU, 1988). Esta se construye sobre la base de la percepción que un individuo o colectivo posee acerca de sus propias características y, al mismo tiempo, a partir de la comparación entre ellas y aquellas pertenecientes a otros sujetos. Esto da cuenta de la conformación de nuevas subjetividades que contradicen normas y convenciones instituidas estructurándose sobre la base de una actuación grupal (en este caso, dentro de una esfera partidaria) más allá de no desaparecer por completo las singularidades de unos sujetos que, al integrarse a un colectivo, ven alternadas sus individualidades (FOUCAULT, 1991; DOUGLAS, 1988).

En este período pueden identificarse, por lo menos, seis rasgos identitarios de peso al interior de esta corriente, mantenidos como premisas de relieve no sólo por sus organismos de dirección sino también, de distinta manera, por el conjunto de su militancia en la cotidianeidad dando como resultado un perfil organizativo definido.

originó en los años cuarenta y actuó bajo diversas nomenclaturas.

Los debates en torno a la lucha armada

El triunfo de la Revolución cubana generó en la izquierda latinoamericana redefiniciones y discusiones en torno a los paradigmas organizativos y metodológicos vigentes. Este proceso puso de manifiesto un nuevo tipo de esquema, el *guevarismo*, consistente en la construcción de organizaciones simultáneamente políticas y militares, la primacía del campesinado como sujeto y la guerra de guerrillas como método para forjar la transformación de la sociedad. Este tipo de debate abarcó a un amplio conjunto de organizaciones en el que también se incluyeron diversos partidos encuadrados en la tradición marxista-leninista como, por ejemplo, aquellos de impronta trotskista.

La organización Palabra Obrera, agrupamiento dirigido por Nahuel Moreno previo a su fusión con el FRIP, tras una primer caracterización negativa, desde 1960 realizó definiciones que, más allá de resaltar diferencias y delimitaciones, se basaron en la defensa de este proceso. Se argumentó que Cuba se convirtió en un estado obrero con el componente ventajoso de tratarse de un gobierno no asimilado al denominado “socialismo real” dirigido por la URSS lo que alejó a Cuba de la caracterización de “estado obrero degenerado” (GONZÁLEZ, 1999).

En 1962, este partido editó un folleto titulado *La Revolución Latinoamericana* (MORENO, 1962). Allí, Moreno esbozó una producción más cercana a los paradigmas teórico-organizativos del proceso cubano. La hipótesis acerca de la importancia de este documento como el momento de mayor acercamiento teórico a los preceptos de la Revolución se podría sintetizar en diversas definiciones de peso. En

primer lugar, la reivindicación por parte de Moreno de la dirección cubana como la “vanguardia de la revolución latinoamericana” y su identificación con la teoría de la revolución permanente de Trotsky, dado que Cuba demostró cómo una transformación política, que inicialmente tuvo rasgos democrático-burgueses en su contenido, se radicalizó y convirtió en una revolución socialista con características agrarias y antiimperialistas. En segundo lugar, en lo que se convirtió en la concesión de mayor envergadura al paradigma *castrista*, afirmó que el campesinado y la pequeña-burguesía podrían poseer en América Latina un papel revolucionario aunque, simultáneamente, sostuvo que la clase obrera era la única capacitada para cumplir con la transición al socialismo más allá de que otros sujetos iniciaran el proceso (MORENO, 1962). Este análisis se imbricó, a su vez, con la identificación de aquellas consignas que, según esta corriente, eran fundamentales que el trotskismo tomara para sus programas en los países latinoamericanos semi-coloniales como, por ejemplo, la liberación nacional y la revolución agraria.³

Sin embargo, estos elementos de contacto con el paradigma cubano no eliminan su rasgo más relevante, a saber, la diferenciación allí establecida entre la lucha armada como parte de la práctica política y la guerra de guerrillas como estrategia revolucionaria. En este documento, Moreno afirmó que la lucha armada era un método indiscutible, pero que debía llevarse a la práctica de diversas formas como, por ejemplo, en la defensa de las huelgas y las ocupaciones de fábrica, en los sindicatos campesinos y ocupaciones de tierras, o para contrarrestar el accionar de los grupos reaccionarios, bandas fascistas y rompeshuelgas (MORENO, 1962).

3 “Latinoamérica y Cuba”, Ediciones Palabra Obrera, Nº 2, 1961.

La necesidad de no equiparar el concepto de lucha armada (en un marco de inserción de una organización en las acciones de masas) con la guerrilla como estrategia de lucha (en el sentido de una vanguardia armada que, a partir de acciones aisladas se convertiría en gestora de conciencia) se reveló como una afirmación fundamental en los años venideros. En este sentido, el debate que derivó en la ruptura del PRT en 1968 se convirtió en una de las polémicas de mayor peso dentro de las izquierdas argentinas alrededor de la puesta en práctica de la lucha armada. La tendencia que conformaría el PRT – El Combatiente postuló la necesidad de conformación de un “partido armado militarmente” que preparara, organizara y culminara el accionar de las masas.⁴ Sin negar la necesidad de forjar una herramienta partidaria, promovió la gestación de un ejército revolucionario que actuaría como su brazo armado en el marco de una “guerra civil prologada”. Este debía residir en un ámbito rural adecuado para su preservación y, al mismo tiempo, preparar a centenares de grupos armados obreros y populares para actuar en las ciudades como apoyo a las movilizaciones de masas. Así, a partir de una acción militar independiente, el ejército revolucionario crearía las condiciones pertinentes para una revolución socialista triunfante. Esta tendencia destacó que al no existir un partido revolucionario en la Argentina, la existencia de un ejército revolucionario era fundamental, siendo su tarea central la ligazón con las necesidades y simpatías de las masas partiendo, de manera gradual, de las acciones simples a las más complejas (SANTUCHO, PRADA Y PRIETO, 1968). Desde una perspectiva distinta, la facción que derivaría en el PRT – LV, mediante la utilización del concepto de “resistencia técnica parcial”, argumentó

4 “Documento de Bernardo para el IV Congreso del PRT”, Comité Central del PRT, 1967.

la necesidad de llevar a cabo acciones armadas en el marco de las propias luchas defensivas que sostenía el proletariado y no como instancias ajenas a este.⁵

Este mismo debate, desde 1969, esta corriente lo sostuvo de un modo aún más álgido a nivel internacional en el marco del Secretariado Unificado de la IV Internacional. En su IX Congreso, realizado en Francia, Moreno polemizó en torno a la estrategia a aplicar en América Latina, principalmente con el dirigente italiano Livio Maitán, autor de un documento en el que instaba a impulsar una guerra de guerrillas en todos los países latinoamericanos dada la existencia de una “guerra civil prolongada a escala continental” (MORENO Y OTROS, 1973 y MORENO, 1989).

Como base del pensamiento desarrollado, se destaca la diferenciación establecida en torno a los conceptos de “teoría”, “estrategia” y “táctica”. Moreno entendió por *teoría* aquellas leyes generales del proceso histórico que, en el caso del trotskismo, se vinculaban con la *teoría de la revolución permanente*, convertida en la ley general de la revolución y del movimiento de masas en la etapa de transición del capitalismo al socialismo. La *estrategia*, por su parte, eran los objetivos de largo plazo de movilización de las masas y de construcción de partidos según el modelo bolchevique como condición y única herramienta necesaria para tomar el poder junto a la clase obrera e instaurar un régimen socialista. Por último, se definió a la *táctica* como los medios para alcanzar dichos objetivos estratégicos. En relación con ello, para forjar la construcción de un partido político revolucionario y lograr la movilización de las masas,

5 “La Revolución Latinoamericana, Argentina y nuestras tareas”, PRT, Noviembre de 1967.

era necesario redefinir la táctica en cada momento y de acuerdo a los cambios coyunturales. Por ello, Moreno criticó la política de colocar en un primer plano a la táctica y que ella se convirtiera en un fin en sí mismo (MORENO, 1989).

Esta concepción no descartó ninguna de las tácticas que pudieran sucederse al calor de las luchas de acuerdo al devenir del momento histórico. Tomar las armas, decretar una huelga general por tiempo indeterminado o presentarse a elecciones y forjar una disputa en el terreno institucional, eran opciones válidas siempre y cuando se mantuvieran presentes como objetivos de fondo la necesidad de la construcción partidaria y la movilización de las masas para la toma del poder. En este esquema, la gestación de una guerrilla se convertiría en una opción más. El error político radicaba en convertir una táctica en orientación estratégica lo que, inevitablemente, relegaría la construcción partidaria (MORENO Y OTROS, 1973).

En este análisis, la lógica del accionar de la guerrilla generaba una brecha entre las acciones militares y las políticas y, consecuentemente, la separación entre vanguardia y masas. Desde esta óptica, una vez que un grupo, aislado del movimiento social, iniciaba acciones como, por ejemplo, robo de bancos, ataques a comisarías o secuestros, se hacía cada vez más dificultosa la tarea de inserción entre los trabajadores, dado que la actividad guerrillera implicaba una lógica de clandestinidad frente a las fuerzas represivas que la alejaban indefectiblemente de la población. Al mismo tiempo, cuando las organizaciones armadas percibían la problemática del aislamiento, tendían a resolverla con acciones definidas como paternalistas (como las entregas de alimentos) lo que, en la práctica, no revertía la ausencia de una ligazón real (MORENO Y OTROS, 1973).

El internacionalismo

Acorde a la teoría trotskista, esta corriente compartió la necesidad de forjar un modo de producción socialista a escala mundial lo que se justificaba dada la internacionalidad del sistema capitalista y la imposibilidad de supervivencia de un estado obrero en un solo país. Pero, más allá de sus rasgos teóricos, el internacionalismo como aspecto identitario conllevó diversos momentos y esferas de intervención en la cotidianeidad. Por un lado, implicó la intervención en distintas entidades internacionales. Durante el período del PRT, participó de instancias de coordinación relacionadas con el apoyo a la Revolución cubana como, por ejemplo, el Congreso Pro Solidaridad con Cuba realizado en Chile.⁶ No obstante, la mayor expresión fue el intento de involucramiento con la Organización Latinoamericana de Solidaridad (OLAS), coordinación impulsada y apoyada por la propia dirección gubernamental cubana desde 1967 para su extensión y el apoyo a diversos procesos revolucionarios del continente. Su lanzamiento fue recibido positivamente por el PRT que se propuso su integración y la construcción en Argentina de comités de base de esta entidad a nivel fabril, barrial, zonal y estudiantil tras sostener, públicamente, la necesidad de transformación de este organismo en una estructura de masas que sirviera como dirección de la revolución latinoamericana.⁷ Luego de la ruptura, el PRT – LV continuó destacando esta instancia de coordinación al caracterizarla como una entidad creada por un estado socialista con el objetivo de extender la revolución por fuera de sus fronteras. Pero, al mismo tiempo, esbozó sus limitaciones afirmando

6 “El Militante”, Periódico interno del PRT, Año 1, N° 7, 10-06-1965.

7 “Documentos internos”, Comité Central del PRT, 1967.

que se trataba de una forma de reclutamiento y propaganda de la dirección cubana y de los movimientos guerrilleros siendo la actividad armada la única practicada y, en razón de ello, el error de ignorar la importancia de los partidos marxistas que actuaban en los organismos tradicionales del movimiento de masas y la adeudada necesidad de impulsar fracciones sindicales de la OLAS.⁸ La exclusividad de la estrategia armada y, luego, la clara subordinación de la dirección *castrista* al bloque de países liderado por la URSS implicaron el distanciamiento definitivo con respecto al proceso cubano.

Otra instancia de coordinación internacional, cuya participación se mantuvo siempre activa, fue en el seno del Secretariado Unificado de la IV Internacional. Allí, la organización argentina sostuvo importantes polémicas con aquellas tendencias favorables a la construcción de guerrillas rurales en Latinoamérica como única táctica viable. En relación con este posicionamiento, desde 1970, profundizó su vínculo con el Socialist Workers Party (SWP) de EE.UU. Años después, esta relación adoptó una mayor sistematicidad a través de viajes de referentes del partido norteamericano a la Argentina, el intercambio de experiencias concretas y, simultáneamente, mediante la construcción de una expresión minoritaria en el seno de la IV Internacional denominada Tendencia Leninista Trotskista (TLT).⁹

Otro ejemplo consistió en la realización de campañas públicas alrededor de problemáticas vinculadas a otras latitudes. Fueron habituales las acciones llevadas a cabo por la militancia estudiantil

8 “La revolución latinoamericana, Argentina y nuestras tareas”, IV Congreso Nacional del PRT-LV, 1968.

9 “Informe de actividades”, Comité Central del PRT-LV, 23-09-1970; “Proyecto de resoluciones”, VI Congreso del PRT-LV, Septiembre de 1971; “Informe internacional”, Comité Central del PST, 1972.

para repudiar la invasión norteamericana a Santo Domingo en 1965, o bien, las campañas en rechazo a la guerra de Vietnam mediante pintadas callejeras y afiches en las facultades.¹⁰ Dentro de este abanico de actividades, se destacaron dos campañas de peso. Por un lado, el reclamo por la libertad del dirigente campesino peruano Hugo Blanco, detenido en su país desde 1963 y condenado a muerte por la justicia. Posteriormente, en 1973, el PST sostuvo otra campaña de relieve a favor de los exiliados chilenos ante el golpe de Estado de Augusto Pinochet.

Otra expresión de la mirada internacionalista fueron los intentos de relacionamiento con las respectivas camadas de exiliados en la Argentina, provenientes de sendos procesos dictatoriales en sus países de origen. Embrionariamente, la militancia estudiantil del PRT se relacionó con núcleos de exiliados bolivianos y, más tarde, con refugiados uruguayos y, sobre todo, chilenos tras el golpe de Estado de 1973.¹¹

Sin embargo, la manifestación más clara de esta impronta recayó en la puesta en práctica de relaciones con diversos agrupamientos, partidos y corrientes a nivel mundial en vistas a la construcción de una articulación de estas expresiones. Al mencionado lazo con el SWP de EE.UU., puede sumarse una multiplicidad de ejemplos de dispar éxito, particularmente en Sudamérica (lo que redundó en la colaboración de militantes argentinos en la fundación o consolidación de partidos en las respectivas naciones tales como los PST de Perú, Colombia y Venezuela, el PRT de Uruguay, la Liga Operaria de Brasil, entre otros ejemplos).

10 “Nuestras campañas y actos”, II Congreso Ordinario del PST, 2 y 3 de noviembre de 1974.

11 “Carta de Tanti”, PRT Bahía Blanca, 14-06-1965; “Internacional”, II Congreso Ordinario del PST, 2 y 3 de noviembre de 1974.

Es menester destacar que los lazos internacionales construidos en estos años resultarán de especial importancia cuando, una vez iniciado el terrorismo de Estado en marzo de 1976, estas relaciones fueron utilizadas como forma de refugio de diversos militantes del PST ante una obligada partida dada la represión imperante. En relación con ello, el exilio, más allá de la lógica de supervivencia que conllevó, fue a la vez asimilado como la posibilidad de incrementar una militancia política internacional ya iniciada con anterioridad. La finalización de la dictadura en 1983 encontró la existencia de una organización que, más allá de la represión, logró sobrevivir como tal a partir de la conjunción de tres elementos: el exilio y posterior retorno de diversos referentes; el trabajo internacional; y la continuidad del funcionamiento partidario clandestino en Argentina (MANGIANTINI, 2017).

El discurso y la práctica internacional fue, en definitiva, una aspiración por forjar un tipo de intervención que superara la perspectiva nacional en vistas a alcanzar una filosofía cosmopolita de la cultura revolucionaria. Su intento de materialización se produjo por dos vías. Por un lado, la teórica, mediante el estudio y la difusión de problemáticas ajenas a la realidad nacional y, por otro, práctica, a través de las relaciones que la dirección argentina entabló con otras tendencias y grupos en diversos países. Esta prédica marcó un rasgo diferenciador, principalmente con aquellas propuestas en boga ancladas en el denominado socialismo nacional.¹²

La vinculación con la identidad obrera peronista

12 El denominado “socialismo nacional” fue un concepto utilizado por el ala izquierda del peronismo como un modo de presentar la posibilidad de alcanzar un proyecto de carácter socialista por intermedio del peronismo al resaltar sus rasgos

En el período inmediatamente anterior al estudiado, con posterioridad a la caída de Perón y ante la resistencia obrera y el enfrentamiento contra el régimen militar, esta corriente impulsó el Movimiento de Agrupaciones Obreras con el objetivo de construcción de una tendencia sindical y clasista independiente y, desde 1957, comenzó a practicar el *entrismo* en el marco de las estructuras sindicales que respondían al movimiento peronista. Esta táctica consistió en el ingreso de los militantes a una organización con una ideología diferente a la propia pero con profundo arraigo entre los sectores trabajadores con el fin de provocar un viraje ideológico de sus adherentes hacia la izquierda. Con esta orientación, editó el periódico *Palabra Obrera*, el cual utilizó como herramienta para relacionarse con distintos núcleos fabriles (CAMARERO, 1997). Esta publicación fue de utilidad para la inserción de los trotskistas en el seno de la clase obrera peronista y en sus espacios de trabajo, al grado que a la propia organización se la empezó a conocer y denominar directamente con el nombre de su prensa. La justificación de esta táctica recayó en la necesidad de aplicar una metodología que permitiera la ligazón de una organización revolucionaria con el movimiento de masas lo que, por otros medios, resultaba dificultosa y, simultáneamente, formar parte del accionar que los trabajadores ponían en práctica contra un régimen que vulneraba sus conquistas.¹³

Si bien el balance del *entrismo* es ambiguo en cuanto a los resultados objetivos dada la imposibilidad de un notorio crecimiento cuantitativo, esta experiencia se transformó en un rasgo reivindicado entre sus miembros en los años sucesivos a partir de una resignificación

nacionalistas sus roces con el imperialismo.

13 “¿Nos “desubica” enfrentar al peronismo?”, en: *LV*, N° 290, 17-11-1971, p. 4.

que sostuvo que, desde una propuesta de izquierda, podría forjarse un diálogo y acercarse hacia la numerosa clase obrera identificada con el peronismo. Esta línea marcó una delimitación con respecto a la izquierda tradicional. Mientras que el Partido Socialista apoyó públicamente el golpe de Estado de 1955 caracterizando en este hecho la caída de una dictadura (BLANCO, 2005), el PC identificó, inicialmente, una continuidad entre el gobierno de facto y aquel derrotado convocando a la clase obrera a obtener, mediante la lucha, un régimen democrático (MURMIS, 2017).

En lo sucesivo, esta corriente, preocupándose por delimitarse de diversas características representativas del peronismo tales como el verticalismo, el proyecto policlasista, los rasgos “paternalistas” de la figura de Perón o las metodologías de su dirigencia sindical, indagó mediante diversas fórmulas distintos modos de vinculación hacia la numerosa cantidad de trabajadores que se referenciaban en esta tradición política. El diálogo con los trabajadores de tradición peronista adoptó como herramienta, en la mayoría de las oportunidades, la figura de la interpelación, es decir, la puesta en práctica de una retórica que pretendía exponer las contradicciones entre su propia realidad y la lógica de construcción del movimiento al que adscribían.

El aprovechamiento de los procesos electorales

Un rasgo característico fue el aprovechamiento de aquellos resquicios legales que la coyuntura política permitió. En un período mayoritariamente marcado por la represión estatal y la ausencia de garantías democráticas, la posibilidad de instancias de participación por fuera de la lógica de la clandestinidad, fueron vislumbradas como

una vía plausible de crecimiento y difusión de su ideario.

Ante el fracaso del proyecto golpista iniciado en 1966 y la posibilidad de un retorno a los mecanismos constitucionales, el PRT – LV desarrolló una búsqueda de alianzas con el objetivo de construcción de una alternativa electoral nacional. En noviembre de 1971, planteó públicamente la necesidad de aprovechar el hipotético devenir electoral mediante la consigna de conformación de un “polo socialista”.¹⁴ Tras diversas discusiones y encuentros, se produjo la fusión con una de las agrupaciones desprendidas del atomizado Partido Socialista, el Partido Socialista Argentino (PSA), encabezado por la figura de Juan Carlos Coral, unión de la que surgió el PST. Su participación fue vislumbrada por su dirección como una posibilidad de denuncia al régimen económico por otros medios y justificada como parte de una estrategia para la fortificación partidaria al permitirle un contacto más amplio con la población.¹⁵ Por otro lado, se argumentó la necesidad de un involucramiento en el proceso electoral ante una caracterización del contexto que visualizó una expectativa positiva y generalizada hacia la apertura democrática (MORENO, 1989).

La formación de un “polo obrero y socialista” consistió en la gestación de candidaturas provenientes de aquellos sectores protagonistas de la conflictividad reciente que, hasta ese momento, se habían desarrollado únicamente en el plano sindical y, en razón de ello, manifestó la intención de poner a disposición del activismo obrero la personería jurídica, la legalidad del partido y las listas de

14 “Por un polo socialista en las elecciones”, en: *La Verdad*, N° 290, 17-11-1971, p. 3.

15 “Nuestra campaña electoral”, I Congreso Nacional del PST, Diciembre de 1972.

candidatos.¹⁶

Es factible considerar la participación electoral del PST como un rasgo distintivo con relación al conjunto de las izquierdas dado que, ante este proceso, se visualizó con notoriedad las diferencias entre las diversas expresiones. El PRT-ERP, por ejemplo, planteó que, frente a una salida electoral que la dictadura utilizaba como engaño, ofrecía al pueblo la opción de la guerra revolucionaria (MATTINI, 1996). Las variantes maoístas se abstuvieron sosteniendo consignas radicales proponiendo el voto en blanco a través de consignas como “Ni golpe ni elección, revolución”. En otro orden, el PC participó de la contienda electoral mediante la conformación de un frente que integró junto a un conjunto de partidos que participaron, con escaso éxito, de las tratativas de conformación del conglomerado peronista. Luego, meses después, llamó a votar por el peronismo afirmando que ello era un modo de freno al ascenso de la derecha (CASOLA, 2015).

La búsqueda de articulación con otras identidades

Al margen del sostenimiento de una concepción partidaria que respondió a los lineamientos provenientes del leninismo y la adopción del marco teórico-conceptual subsidiario del trotskismo, un último rasgo distintivo recayó en la búsqueda de confluencia y articulación con otro tipo de estructuras y agrupamientos que formaban parte de dispares tradiciones e identidades. Hasta 1964, esta corriente esbozó una experiencia de construcción en el seno de la tradición peronista en la búsqueda de una profundización de los vínculos con una clase

16 “Intervención de Hugo” [Nahuel Moreno], I Congreso Nacional del PST, Diciembre de 1972.

obrero mayoritariamente afín a esta identidad. Una vez agotada esta práctica, existió una continuidad en los intentos de articulación con otro tipo de propuestas destacándose dos instancias de confluencia con sendas tradiciones de las que se desprendieron respectivos resultados.

Desde 1964, Palabra Obrera se hallaba en un proceso de vinculación y puesta en práctica de actividades comunes con el FRIP. Fundado en 1961 y dirigido por los hermanos Santucho, se trató de un grupo que actuó casi exclusivamente entre sectores estudiantiles y trabajadores de las provincias de Tucumán, Santiago del Estero y Salta. Sus fuentes ideológicas iniciales abrevaron en las figuras del revisionismo argentino y en el peruano Víctor Haya de la Torre. Sus análisis en torno a la clase obrera dieron cuenta de la relación con su propio medio geográfico, reivindicando a los hacheros y jornaleros rurales como sujetos sociales propicios. Por otra parte, el indigenismo antiimperialista fue otra de sus improntas (POZZI, 2004; CARNOVALE, 2011).

La posibilidad de confluir con otras expresiones idiosincráticas y la reivindicación de sujetos sociales (como el proletariado rural o el campesinado) que excedían el tipo ideal del obrero industrial, formaban parte de la concepción morenista. A la vez, la conformación del PRT fue producto de un vínculo que se gestó en la práctica en el marco de una militancia conjunta del FRIP y Palabra Obrera a través de la unificación de sus equipos en los ingenios azucareros tucumanos. A la luz de la ruptura, sucedida tres años después, resulta evidente que, para la corriente trotskista, el balance de la fusión se reveló negativo no obstante lo cual se convirtió en un ejemplo de peso en cuanto a la posibilidad de confluencia con otro tipo de propuestas.

Otra experiencia, aunque disímil, acaeció en 1972 cuando el

PRT – LV, en su búsqueda por conformarse como una organización de alcance nacional en vistas a la presentación electoral, sostuvo reuniones con diversas facciones del decimonónico y atomizado Partido Socialista¹⁷. A lo largo de la década de 1960, este partido experimentó diversas escisiones y tendencias internas. En 1958, se produjo su fractura en dos ramas, el Partido Socialista Argentino (PSA) y el Partido Socialista Democrático (PSD). A su vez, el PSA protagonizó durante los años sesenta diversos quiebres. Uno de ellos fue conocido como PSA - Secretaría Juan Carlos Coral¹⁸, que se uniría con el PRT – LV.

Es factible concluir que este rasgo identitario se encontró marcado por una cierta ambigüedad dado que la relativa amplitud desarrollada al momento de confluir con otras tradiciones no tuvo como meta la superación de la propia identidad sino más bien la asimilación de otras expresiones en su seno. En definitiva, tradiciones provenientes del paradigma peronista, indigenista-ruralista o del viejo socialismo reformista eran posibles de incorporar en la medida en que éstas se diseminaran en los patrones identitarios del trotskismo lo que permite reflexionar por qué estos ejemplos de confluencia se revelaron, en general, conflictivos o escasamente duraderos.

La militancia en favor de la mujer y de la diversidad sexual

Una temática que esta corriente comenzó a ponderar hasta

17 “Minuta y orden del día del CE del 5/6/71”, Comité Ejecutivo del PRT-LV, 05-061971.

18 Juan Carlos Coral fue un militante del Partido Socialista que, tras su fractura en 1958, integró el Partido Socialista Argentino junto a la figura de Alfredo Palacios. Como parte de esta estructura fue elegido diputado nacional en 1963.

convertirse en un rasgo identitario más consistió en la reivindicación en torno a la liberación de la mujer. Abrazar una militancia bajo este nombre supuso el desafío de conseguir estabilizar algunos sentidos y desterrar otros lo que, además, debe reflexionarse en un contexto en el que diversas expresiones de la izquierda rechazaron abordar estas problemáticas. La proclama en favor de la liberación de la mujer se tornó parte de una militancia activa entre 1971 y 1972. La principal explicación en torno a su incorporación se encuentra en la influencia que sobre la organización argentina ejerció el SWP de EE.UU. cuyo programa abordaba reivindicaciones pertinentes a estas temáticas. A partir del rechazo conjunto a la estrategia militarista adoptada por la mayoría de la IV Internacional, el partido norteamericano y la corriente argentina estrecharon lazos que trajeron consigo frecuentes viajes e intercambio de experiencias. Así, el PST adoptó temáticas antes relegadas.

En este mismo período, diversas organizaciones construyeron sus propias entidades femeninas. Por ejemplo, en estructuras político-militares tales como el PRT-ERP con la creación del Frente de Mujeres y en Montoneros con la Agrupación Evita. No obstante, una característica coincidente de ambas experiencias recayó en que estos frentes fueron creados con el objeto de formación política de sus mujeres pero no para el desarrollo una militancia específica o feminista. Se trató, en definitiva, de agrupaciones femeninas que, al mismo tiempo, se declaraban antifeministas (GRAMMÁTICO, 2011; MARTÍNEZ, 2009) y, en este punto, radica la diferencia central con el PST.

Respecto a la experiencia de este partido, la militancia en torno a la liberación de las mujeres no estuvo ausente de tensiones ni

contradicciones. Puede afirmarse que, entre 1971 y 1975, ella atravesó momentos diferenciados que supusieron distintas lecturas respecto de cuáles eran las problemáticas específicas de las mujeres y cuáles debías ser las estrategias o políticas de militancia. El primero de ellos, se ubica en coincidencia con el proceso formativo del PST. La aparición de *Avanzada Socialista* incluyó un tratamiento prácticamente constante de la lucha por la liberación de las mujeres, analizadas en un sentido amplio y no restringido a aquellas comprometidas con la lucha política, sindical o estudiantil. El interés recae en visibilizar la situación de doble explotación que padecían las mujeres en tanto trabajadoras y amas de casa, por un lado, y, por otro, analizar y denunciar el papel jugado por los medios de comunicación, la publicidad, la familia y la escuela en la reproducción de un estereotipo de la mujer, pasivo y objeto del placer masculino.¹⁹ De esta visión se desprende la influencia que sobre la corriente argentina ejerció el feminismo socialista norteamericano de finales de los sesenta y los debates contemporáneos del feminismo local que identificaban la opresión femenina como consecuencia de su sexo y no sólo como efecto de su situación con respecto a las relaciones de producción lo que redundaba en un antagonismo de clases sexuales (el patriarcado) paralelo al de clases sociales. La aceptación de dos sistemas paralelos de opresión, el capitalismo y el patriarcado, le permitió al PST caracterizar positivamente la aparición de organizaciones feministas que luchaban contra la opresión de las mujeres sin que se implicaran en una militancia anticapitalista.

Un segundo momento puede ubicarse entre finales de 1972 y los últimos meses de 1974. En este período la preocupación en torno a la militancia específica de las mujeres pierde lugar en la prensa

19 “Mujeres en lucha”, en *Avanzada Socialista*, año 1, nº 3, 15-03-72, p. 10.

del partido y queda concentrada en las noticias sobre las campañas electorales acaecidas en 1973 dado que la plataforma electoral incluyó un bloque de reivindicaciones pertinente a la lucha por la liberación de la mujer con el sostenimiento de consignas tales como la legalización y gratuidad del aborto, la venta libre de remedios anticonceptivos, la protección estatal de la madre soltera y la supresión de las diferencias jurídicas entre los hijos legítimos y los naturales, la igualdad de derechos de la familia legítima y la naturalmente constituida, la apertura de guarderías infantiles, la igualdad salarial, la participación obligatoria de las mujeres en todos los organismos sindicales en proporción a las labores femeninas en las ramas de producción y la supresión de toda legislación discriminatoria.²⁰

Finalmente, se identifica un último momento desde fines de 1974 hasta los últimos meses de 1975, en el que se ve al PST experimentar una disputa y redefinir su militancia feminista. La sección *Mujer* adoptó otro perfil y comenzó a representar exclusivamente la realidad de las mujeres inscriptas en luchas sindicales o estudiantiles. Ello supuso la clausura de la relación con los feminismos no alineados a una lucha anticapitalista y una depuración de cierta militancia feminista interna del partido. La sección se convirtió en un llamado a las mujeres a participar de la lucha sindical o partidaria. En coincidencia con esta línea, se trató del período con una mayor cantidad de actividades relacionadas con la temática tanto hacia el afuera como para la propia estructura partidaria.²¹

Por otra parte, esta corriente se brindó una política hacia la homosexualidad. Por aquellos años ella se convirtió en un tema

20 “Los comités ejecutivos del Partido Socialista Argentino y del PRT (La Verdad) afirman”. Comité Ejecutivo del PRT-LV, 1972.

21 “Minuta sobre el trabajo de la mujer”, Comité Central del PST, 18-07-

medianamente destacado, no tanto por una militancia en sí que no conseguía ser numerosa, sino porque en el contexto cultural de la denominada “revolución sexual” era caracterizada “como una patología que requería intervención” (SIMONETTO, 2017). Desde el campo de las izquierdas, el rechazo a la homosexualidad tuvo otras motivaciones. En los regímenes del llamado socialismo real, fue considerada un peligro social bajo el argumento de tratarse de un producto de contenido burgués y fascista. Los partidos comunistas y sus pares maoístas sostuvieron una posición crítica y de rechazo identificando a la homosexualidad con diversos tipos de desviaciones ajenas a la vida cotidiana del proletariado y revalorizando a las estructuras familiares clásicas como sustento de la reproducción y la economía (GOLDMAN, 2010).

En Argentina, la condena a la homosexualidad al interior de las izquierdas fue un fenómeno extendido. Una excepción la constituyó la corriente estudiada que sostuvo su rechazo a la discriminación y opresión por orientación sexual. Aunque es necesario aclarar que, a diferencia de la proclama en torno a la liberación de la mujer, la defensa a las orientaciones sexuales disidentes fue más bien una actitud y un posicionamiento sostenido internamente que un programa político públicamente defendido. De hecho, resulta sintomático que la problemática alrededor de la persecución a la homosexualidad o de sus organizaciones militantes no tuviera referencia alguna en la prensa partidaria.

A nivel orgánico, la temática se desarrolló de un modo laxo e inconstante. Su principal expresión fue la relación forjada entre esta corriente y el Frente de Liberación Homosexual (FLH), organización

surgida en 1968. La vinculación entre el FLH y este grupo trotskista se produjo por diversas vías. Una de ellas fue a través de la participación de algunos militantes en ambas entidades, como fue el caso de Néstor Perlongher quien, a partir de su militancia en el FLH, se vinculó con el PST. Otra forma de relación se experimentó mediante la realización de campañas conjuntas por diversas temáticas como la derogación del decreto que prohibía la información y difusión de métodos anticonceptivos. El retorno del peronismo profundizó estos lazos dado que, parte de la militancia homosexual esperó en la llegada de Cámpora un cese de la política represiva hacia ellos. Sin embargo, la continuidad de una legislación persecutoria por parte del gobierno peronista y el rechazo de otras fuerzas de izquierda a sostener sus reivindicaciones, hizo que el PST fuera uno de los pocos apoyos orgánicos (BELUCCI, 2010). En relación con ello, en 1972, esta organización cedió su local central para la realización de las reuniones del Grupo de Política Sexual (GPS) en las que se esbozó una confluencia entre la militancia feminista y la homosexual (SIMONETTO, 2017).

Independientemente de estas iniciativas, esta temática no se profundizó lo que redundó internamente en ciertas tensiones en torno al modo de desarrollar este tipo de reivindicaciones. Más adelante, la dirigencia de esta corriente señalará que brindarle al homosexual una entidad particular dentro de la organización era una política errónea para la defensa de sus derechos porque se produciría una segregación dentro de la propia estructura partidaria. Esta concepción se puede analizar en un reportaje realizado con posterioridad a Moreno:

- Yo considero a la homosexualidad algo tan normal que me opongo a hacer propaganda. (...) [Daniel] Guérin alerta a los homosexuales contra su tendencia a hacer de su liberación un fin en sí mismo, y que el gran problema que debe plantearse todo militante es la transformación

de la sociedad. Un compañero homosexual, dirigente del partido brasileño, quería hacer una corriente dentro del partido a favor de la homosexualidad. Yo me opuse, justamente porque considero a la homosexualidad tan normal como la heterosexualidad. Supongamos que se crea una corriente así dentro del partido, con derechos de fracción. Quiere decir que en los locales habría salitas, cada una con su cartel: “Hombres con Mujeres”, “Hombres con Hombres”, “Mujeres con Mujeres”, y cada fracción tendría su boletín.

- Pero los homosexuales son reprimidos, los heterosexuales no.

- Ah, no, eso es completamente distinto. Dentro de la sociedad luchamos a muerte contra la opresión de los homosexuales y todo tipo de opresión: nacional, racial, etcétera. Yo me refería a que me opongo a hacer ese tipo de actividad hacia el interior del partido. Hacia afuera sí combatimos la opresión de los homosexuales, que para mí es una colateral de la opresión de la mujer (S/A, 1986).

Esta cita revela el balance realizado algunos años después sobre esta experiencia dando cuenta de las dificultades que implicaron estos tópicos. El modo de concebir la relación entre la homosexualidad, su militancia y el activismo revolucionario no siempre fue compartido por aquellos que encabezaban las luchas por tales reivindicaciones para quienes estas posturas suponían una minimización o relego de sus problemáticas. En definitiva, la aceptación que la organización profesó sobre la homosexualidad se produjo simultáneamente a la invisibilización de la misma lo que se manifestó, en los hechos, en una cierta prudencia que impidió su transformación en una militancia activa o en una propuesta programática.

Conclusiones

La conclusión que se desprende del trabajo sostiene que, en un contexto de proliferación de estructuras políticas consideradas revolucionarias, esta propuesta trotskista tuvo diversos rasgos y especificidades que significaron una novedad dentro del campo de las izquierdas argentinas y que imprimieron una impronta particular a través del desarrollo de su militancia. En relación con ello, el abordaje de estas organizaciones es también un modo de comprensión del debate teórico, ideológico y conceptual que englobó a las izquierdas en estos años alrededor de tópicos tales como el papel del peronismo, la metodología de la lucha armada o la utilización de los procesos electorales o de los espacios de legalidad existentes, entre otros.

Lo dicho permite articular con una reflexión historiográfica. Los estudios sobre los años sesenta y setenta fueron atravesados por diversos intentos de conceptualizar a sus actores radicalizados. En un contexto marcado por la proliferación de organizaciones consideradas revolucionarias se presenta una tipología tendiente a su categorización en dos posibilidades divergentes. Determinados abordajes utilizaron el criterio de identificación y subdivisión entre una “Izquierda Tradicional” (IT) representada por aquellos partidos políticos de tradición y estructura “marxista-leninista” y, en contraposición, la presencia de una “Nueva Izquierda” (NI) marcada por la aparición de flamantes actores, especialmente las organizaciones político-militares (ZOLOV, 2012; TORTTI, 2014).

En ocasiones, se afirmó que aquellas estructuras pertenecientes a la NI presentaron una mayor democracia interna y una praxis más horizontal que los partidos tradicionales. En otras producciones, se identificó a la IT como una corriente reformista, pacifista y electoralista

mientras que la NI produjo un nuevo significado y valorización del uso de la violencia y, de allí, su identificación con el accionar de las organizaciones político-militares. A su vez, la apelación a una NI también remitió a aquellas estructuras que pugnaron por la fusión de un ideario marxista con otras tradiciones políticas como el peronismo, o bien, a las organizaciones que, si bien no asumieron la lucha armada, no desdeñaron el papel de la violencia como un modo de alcanzar la transformación socialista. En definitiva, la utilización de estas categorías se reveló laxa y multifacética.

Al interrogarse sobre la definición conceptual de una estructura como la estudiada en el presente trabajo, la respuesta da cuenta de la presencia de matices. Ideológicamente opositora al carácter reformista de las expresiones de la izquierda vernácula (como el socialismo o el comunismo), se trató de una corriente que, a la vez, puso en práctica una experiencia organizativa propia de la tradicional izquierda marxista-leninista con la consecuente aplicación de los preceptos del centralismo democrático, la búsqueda de conformar un partido de militantes profesionales y otras premisas ancladas al paradigma bolchevique. Pero, al mismo tiempo, se trató de una alternativa que rechazó la construcción de organizaciones simultáneamente políticas y militares, no desde una retórica pacifista, sino mediante la negación del uso de la violencia política por fuera de los organismos creados por el propio activismo lo cual la diferenció de la NI encarnada en las organizaciones político-militares. Simultáneamente, fue el caso de una estructura que sostuvo reivindicaciones y pautas culturales hasta entonces escasamente abordadas por el conjunto de la izquierda argentina tradicional y que, de hecho, fueron asimiladas al contenido propio de la NI como, así también, que pugnó por vincularse con

diversas expresiones y tradiciones políticas más allá de su propia identidad trotskista. La experiencia previa del *entrismo* y los intentos de vinculación con la clase obrera peronista; el acercamiento a una tendencia como el FRIP que reivindicaba el indigenismo y el papel del proletariado rural o la fusión con una agrupación proveniente del viejo socialismo, son expresiones de ello.

Los intentos de acercamiento al movimiento obrero peronista, la propuesta de confluir con otras identidades divergentes al trotskismo, la aceptación de la violencia como metodología (más allá del rechazo a la conformación de estructuras política-militares aisladas de la conflictividad cotidiana) dan cuenta de una expresión que, independientemente de su modo de organización interno, se acercó a los preceptos y paradigmas de la Nueva Izquierda. No obstante, la laxitud en la utilización del concepto y los matices necesarios de resaltar abren el interrogante sobre la utilidad de estas categorías para realizar una tipología apropiada que describa la amplia diversidad de actores que coexistieron en esta convulsionada coyuntura por fuera de los tradicionales partidos de izquierda.

Por último, y como corolario, resulta válido preguntarse si la experiencia de esta corriente en los convulsionados sesentas y setentas, a partir de los sendos rasgos identitarios descriptos, no significó un quiebre para forjar la implantación del trotskismo dentro del movimiento social argentino con una mayor consistencia que en los tiempos preexistentes y dar comienzo a un derrotero que hallaría continuidad y profundidad en las décadas posteriores dando lugar a una subcultura militante dentro del arco de las izquierdas.

Referencias:

BELUCCI, Mabel (2010). *Orgullo. Carlos Jáuregui una biografía política*. Buenos Aires: Emece.

BLANCO, Cecilia (2005). “La erosión de la unidad partidaria en el Partido Socialista, 1955-1958”, en: CAMARERO, Hernán y HERRERA, Carlos (editores). *El Partido Socialista en Argentina. Sociedad, política e ideas a través de un siglo*. Buenos Aires: Prometeo.

BOURDIEU, Pierre (1998). *La distinción*. Madrid: Taurus.

CAMARERO, Hernán (1997). “Una experiencia de la izquierda en el movimiento obrero. El trotskismo frente a la crisis del peronismo y la resistencia de los trabajadores (1954-1957)”, en: *Razón y Revolución*, Nº 3, reedición electrónica

CARNOVALE, Vera (2011). *Los combatientes. Historia del PRT-ERP*. Buenos Aires: Siglo XXI

CASOLA, Natalia (2015). *El PC argentino y la dictadura militar. Militancia, estrategia política y represión estatal*. Buenos Aires: Colección Archivos. Estudios de historia del movimiento obrero y la izquierda

DOUGLAS, Mary (1988). *Símbolos naturales: exploraciones en cosmología*. Madrid: Alianza

FOUCAULT, Michel (1991). *El sujeto y el poder*. Bogotá: Carpe Diem.

GOLDMAN, Wendy (2010). *La mujer, el estado y la revolución. política familiar y vida social soviéticas 1917-1936*. Buenos Aires: IPS.

GONZÁLEZ, Ernesto (Coord.) (1999). *El trotskismo obrero e internacionalista en la Argentina. Tomo 3: Palabra Obrera, el PRT y la Revolución Cubana. Volumen 1 (1959-1963)*. Buenos Aires: Editorial Antídoto

GRAMMÁTICO, Karin (2011). *Montoneras. Una historia de la Agrupación Evita, 1973-1974*. Buenos Aires: Luxemburgo

MANGIANTINI, Martín (2017). “Redes militantes y acciones en el exilio. La política internacionalista del Partido Socialista de los Trabajadores (1976-1982)”, en: *Revista Estudios, Revista del Centro de Estudios Avanzados*, Universidad Nacional de Córdoba, N° 38, pp. 87-104.

MARTÍNEZ, Paola (2009). *Género, política y revolución en los años setenta. Las mujeres del PRT-ERP*. Buenos Aires: Imago Mundi.

MATTINI, Luis (1996). *Hombres y mujeres del PRT-ERP*. Buenos Aires: De la Campana

MORENO, Nahuel (1962). *La Revolución Latinoamericana*. Buenos Aires: Ediciones PO.

MORENO, Nahuel y otros (1973), “Argentina y Bolivia: un balance”, en: *Boletín de Informaciones Internacionales*, N° 1, PST, Buenos Aires.

MORENO Nahuel (1989). *Un documento escandaloso (En respuesta a 'En defensa del leninismo, en defensa de la Cuarta Internacional' de Ernest Germain)*. Buenos Aires: Ediciones Antídoto.

MURMIS, Ezequiel (2017). “El Partido Comunista en el movimiento obrero argentino durante la “Revolución Libertadora”: del golpe de estado a la alianza entre el sindicalismo comunista y peronista (1955-1958)”, en: *Revista Izquierdas*, Instituto de Estudios Avanzados de la Universidad de Santiago de Chile, USACH, N° 28, pp. 114-136.

POZZI, Pablo (2004). *Por las sendas argentinas. El PRT-ERP, la guerrilla marxista*. Buenos Aires: Imago Mundi.

SANTUCHO, Mario, PRADA, Oscar y PRIETO, Helios (1968). “El único camino hacia el poder obrero y el socialismo”, en: DE SANTIS, Daniel (1998). *A vencer o morir. PRT-ERP. Documentos. Tomo 1*. Buenos Aires: EUDEBA.

S/A (1986), *Conversaciones con Nahuel Moreno*, Buenos Aires: Antídoto.

SIMONETTO, Patricio (2017). *Entre la injuria y la revolución. El Frente de Liberación Homosexual. Argentina, 1967-1976*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes.

TORTTI, M. (2014). La nueva izquierda argentina. La cuestión del peronismo y el tema de la revolución. En M. TORTTI. *La nueva izquierda argentina (1955-1976). Socialismo, peronismo y revolución*. Prohistoria.

ZOLOV, Eric (2012). “Expandiendo nuestros horizontes conceptuales: El pasaje de una ‘vieja’ a una ‘nueva izquierda’ en América Latina en los años sesenta”, en: *Revista Aletheia*, Vol. 2, N° 4.